



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6957

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Ruy Adriano Borges Muniz

**Data:** 27/06/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI/S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Institui o Programa “Incubadora de Empresas” no município de Montes Claros e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.3      **Posição:** 52      **Número de folhas:** 05

---

Espe cie: PL  
categoria: não tramitado; não votado  
CX: 263  
Ordem: 52  
não fls: 03



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N  \_\_\_\_\_/2006

AUTOR:

Vereador – Ruy Adriano Borges Muniz.

ASSUNTO:

Institui o Programa “ Incubadora de Empresas”, no Município de Montes Claros e dá Outras Providências.

## MOVIMENTO

Entrada em – 27/06/2006

Comissão Legislação e Justiça

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_\_

**Institui o Programa "Incubadora de Empresas", no município de Montes Claros e dá outras providências.**

O Povo de Montes Claros, por seus representantes, decretou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa "Incubadora de Empresas", no âmbito do município de Montes Claros.

Art. 2º - Os objetivos do Programa são:

I – apoiar o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos, em processo de constituição;

II – incentivar a criação de novos empreendimentos;

III – propiciar a capacitação para a qualificação dos gerentes destes empreendimentos;

IV – viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação dos empreendimentos;

V – gerar emprego e renda nos bairros;

Art. 3º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo contará com a participação das diversas Secretarias afetas ao programa, de representantes da sociedade civil, do empresariado, de micro e pequenos empreendedores, de universidades, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE, SENAI, SENAC, ACI, CDL e FIEMG.

Art. 4º - Fica autorizado o aporte de recursos de Instituições Públicas ou Privadas Nacionais e Internacionais interessadas em financiar o referido Programa.

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 – Centro – Gabinete 18 – Tel. (38) 3690-5419 – CEP 39400-466 –  
Montes Claros – Minas Gerais



Ruy



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Gabinete do Vereador Ruy Muniz

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 26 de junho de 2006.

  
Vereador Ruy Muniz - PFL

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 27 DE MARÇO DE 2009  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Institui o Programa “Incubadora de Empresas”, no Município de Montes Claros e dá outras providências”, de autoria do Vereador Ruy Adriano Borges Muniz.**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em comento cria o programa “Incubadora de Empresas” no âmbito do município de Montes Claros, sendo que em seu corpo determina a participação de várias Secretarias Municipais, bem como, trata do aporte de recursos públicos, ou seja, cria, ao mesmo tempo função para as Secretarias Municipais e ainda trata de questão orçamentária, contrariando, ao nosso sentir o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, bem como, o princípio constitucional da independência dos poderes.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 06 de dezembro de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605